

Por Vitor Sorano

Metade dos contratos existentes têm coparticipação; pessoas só dão valor ao que tem custo, diz presidente da agência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) defende a ampliação da oferta de planos de saúde com coparticipação, modalidade em que o consumidor tem de pagar uma taxa para fazer uma consulta, um tratamento ou um exame.

Atualmente, cerca de metade dos 55 mil planos de saúde disponíveis no mercado incluem o mecanismo, segundo o presidente da ANS, José Carlos Abrahão.

"Mas eles não podem passar a vender [mais] com coparticipação?", disse Abrahão, ao iG, em evento da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), na quinta-feira (27) em São Paulo. "Na realidade, a gente só dá valor àquilo que [gasta]. Então tem na legislação o mecanismo da coparticipação. Por que a gente não pode oferecer?"

O presidente da ANS descartou mudar a legislação para estimular esse mercado, e ressaltou que a cobrança não pode ser incluída em contratos que tenham sido firmados sem o mecanismo. Segundo o diretor-executivo da Abramge, Antônio Carlos Abbatepaolo, a minoria da massa de clientes das operadoras atualmente paga coparticipação.

"Talvez a gente esteja chegando num momento em que essa questão tem de ser encarada como uma das opções viáveis para manter o sistema vivo", disse Abbatepaolo durante debate no evento. As operadoras estimam gastar mais de R\$ 0,80 com o tratamento dos clientes de cada R\$ 1 que arrecadam.

R\$ 13,17 por consulta

Estudo da gestora e consultoria Aon com 423 empresas brasileiras divulgado nesta semana aponta que 66% delas oferecem aos seus empregados planos de saúde com coparticipação. Nesse grupo, quase a totalidade (98%) exige a contrapartida no caso de consultas eletivas e mais da metade (62%), para terapias.

Segundo o levantamento, para fazer uma consulta eletiva, os funcionários das empresas onde há coparticipação têm de desembolsar em média R\$ 13,17. Para exames complexos, o valor é de R\$ 26,79 e, para terapias, R\$ 12,13.

A Aon alerta entretanto que, ao mesmo tempo em que a coparticipação pode estimular o uso consciente do plano de saúde, a coparticipação deve ser adotada com cuidado no caso de terapias, pois pode inibir a continuidade de tratamentos.

Essa dissuasão tende a aumentar o gasto com o sistema de saúde, e não diminuí-lo – como é o objetivo da coparticipação – avalia Lígia Bahia, integrante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Isso porque o paciente deixa para procurar o médico após o agravamento de um eventual problema.

Fonte: [iG](#), em 28.08.2015.